



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NIALY DE OLIVEIRA LIMA

**REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA DE ANÁLISE QUALITATIVA**

ICÓ-CE

2025

NIALY DE OLIVEIRA LIMA

**REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA DE ANÁLISE QUALITATIVA**

Artigo científico submetido à disciplina de TCC II, do Curso de Graduação Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Me. Marzo Tereshkove
Anacleto e Andrade

ICÓ-CE

2025

NIALY DE OLIVEIRA LIMA

**REFORMA TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS – UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA DE ANÁLISE QUALITATIVA**

Artigo Científico aprovado em ____/____/____, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS.

BANCA EXAMINADORA

Me. Marzo Tereshkove Anacleto e Andrade

Orientador

Profª. Esp. Tayssa Vieira Barreto

Avaliadora

Profª. Esp. Cintya Aparecida da Silva Mendes

Avaliadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado e sustentado até aqui. Sua presença me amparou nos momentos difíceis e me fortaleceu para chegar até este momento. Sem Ele, nada disso teria sido possível.

À minha família, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e pelo esforço dedicado à minha formação ao longo de todos esses anos.

Ao meu companheiro, Nirley Aquís, pelo companheirismo e compreensão ao longo de toda essa jornada.

Aos professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, pelos ensinamentos e incentivos.

Em especial, ao meu orientador, Marzo Tereschove Anacleto e Andrade, pela paciência, dedicação e compromisso durante a realização desta pesquisa.

Ao coordenador, Adriano Alves de França, pelo empenho, dedicação e valiosa contribuição para o desenvolvimento do curso e dos alunos.

Por fim, expresso minha sincera gratidão a todos os amigos e colegas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta importante etapa.

RESUMO

A reforma tributária no Brasil é essencial para simplificar o sistema atual, marcado por complexidade, regressividade e desigualdade na distribuição da carga fiscal. Este estudo analisa os desafios e perspectivas da reforma, com base em revisão bibliográfica e na Emenda Constitucional nº 132/2023, abordando três objetivos específicos: (1) as disfunções do sistema vigente, como a alta carga tributária sobre o consumo e a burocracia; (2) os entraves políticos, econômicos e jurídicos à sua implementação, incluindo fragmentação partidária e resistência de setores impactados; e (3) os efeitos esperados das mudanças propostas, como a unificação de tributos (ICMS, ISS, PIS e Cofins) em impostos sobre valor agregado (CBS e IBS).

Os resultados indicam que a reforma pode aumentar a eficiência econômica, reduzir custos de conformidade e promover justiça fiscal mediante mecanismos como *cashback* para famílias de baixa renda. Contudo, seu sucesso depende da regulamentação adequada, cooperação federativa e medidas compensatórias para evitar desequilíbrios regionais. Conclui-se que a reforma é urgente para estimular o crescimento e reduzir desigualdades, mas exige vontade política e coordenação institucional para efetividade.

Palavras-chave: Reforma tributária; Sistema fiscal; Crescimento econômico.

ABSTRACT

Tax reform in Brazil is essential to simplify the current system, which is characterized by complexity, regressivity, and unequal distribution of the tax burden. This study examines the challenges and prospects of reform through a literature review and document analysis, focusing on three key aspects: (1) the dysfunctions of the current system, such as high consumption taxes and bureaucratic inefficiencies; (2) the political, economic, and legal obstacles to implementation, including political fragmentation and resistance from affected sectors; and (3) the expected effects of proposed changes, particularly the consolidation of multiple taxes (ICMS, ISS, PIS, and Cofins) into value-added taxes (CBS and IBS), as established by Constitutional Amendment No. 132/2023. Findings suggest that the reform could enhance economic efficiency, reduce compliance costs, and promote fiscal justice through mechanisms such as cashback programs for low-income families. However, its success depends on proper regulation, intergovernmental cooperation, and compensatory measures to prevent regional imbalances. The study concludes that tax reform is urgently needed to stimulate growth and reduce inequalities but requires political commitment and institutional coordination for effective implementation.

Keywords: Tax reform; Fiscal system; Economic growth.

1 INTRODUÇÃO

A reforma tributária constitui um dos temas mais prementes no cenário econômico e jurídico brasileiro, dada a complexidade do sistema fiscal vigente e seus impactos sobre a competitividade empresarial, a arrecadação estatal e a justiça fiscal.

A elevada carga tributária, aliada à burocracia inerente ao cumprimento das obrigações fiscais, impõe desafios significativos tanto para a administração pública quanto para o setor produtivo. Nesse contexto, a necessidade de uma reestruturação do modelo tributário nacional ganha destaque, impulsionada por pressões econômicas, sociais e políticas que demandam maior eficiência e equidade na arrecadação de tributos (CARVALHO JÚNIOR, 2022).

Gobetti e Monteiro (2023) apontam a quase unanimidade sobre o potencial de aumento da produtividade econômica e aceleração do crescimento do PIB, a partir da reforma tributária, apontando que, mesmo em um cenário mais pessimista, nenhuma unidade federal teria queda na arrecadação, concluindo que, nenhum estado teria um resultado significativamente pior com a reforma do que sem ela.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte problemática: quais são os principais desafios e perspectivas da reforma tributária no Brasil? A questão emerge da constatação de que, apesar das recorrentes propostas legislativas e dos amplos debates acadêmicos e institucionais sobre o tema, ainda persiste um ambiente de incerteza quanto aos impactos efetivos das mudanças propostas. A análise crítica dessas transformações, considerando sua viabilidade e consequências práticas, torna-se essencial para a compreensão do futuro da política tributária nacional.

O objetivo geral deste estudo consiste em investigar os desafios estruturais e as perspectivas de implementação da reforma tributária no Brasil, com ênfase nos impactos para o ambiente empresarial e para a justiça fiscal. Para tanto, os objetivos específicos incluem: (i) examinar a estrutura do sistema tributário atual e suas principais disfunções; (ii) identificar os entraves políticos, econômicos e jurídicos que dificultam a aprovação e implementação da reforma; e (iii) analisar os potenciais efeitos das mudanças propostas sobre a arrecadação, a distribuição da carga tributária e o crescimento econômico.

Justifica-se a relevância deste estudo pela urgência da reforma tributária como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da justiça

fiscal. O sistema tributário brasileiro, caracterizado por sua excessiva complexidade e elevada onerosidade, configura-se como um dos principais entraves ao crescimento econômico, afetando a competitividade das empresas e a equidade na tributação.

Além disso, a reforma tributária assume um papel central nas discussões sobre responsabilidade fiscal, eficiência arrecadatória e redução das desigualdades socioeconômicas, tornando-se, portanto, um objeto de estudo essencial para a compreensão do futuro econômico do país.

Diante de um modelo tributário historicamente complexo, burocrático e desigual, a reforma se apresenta como uma necessidade urgente para promover maior justiça fiscal, simplificação de tributos e estímulo ao desenvolvimento econômico. A pesquisa buscará compreender como a unificação de tributos, a redistribuição de competências entre os entes federativos e as novas regras de incidência podem afetar empresas, consumidores e o Estado, além de discutir os entraves políticos e técnicos que dificultam sua implementação.

A análise foi baseada na literatura nacional produzida nos últimos cinco anos, considerando publicações científicas indexadas em bases como CAPES, SciELO e Google Acadêmico.

A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada na leitura e análise de artigos acadêmicos e obras de referência na área da contabilidade tributária, utilizando-se também a estrutura IDC (Introdução, Desenvolvimento e Conclusão) para o desenvolvimento deste estudo.

A estrutura do artigo foi organizada da seguinte forma: na primeira seção, será abordado o conceito e a evolução da contabilidade tributária no contexto brasileiro; na segunda, serão discutidos os entraves políticos, econômicos e jurídicos que dificultam a aprovação e implementação da reforma; a terceira seção versa sobre os potenciais efeitos das mudanças propostas sobre a arrecadação, a distribuição da carga tributária e o crescimento econômico e, por fim, serão apresentadas as conclusões, destacando as contribuições da pesquisa para a melhoria da gestão tributária nesse segmento empresarial, bem como suas implicações práticas para os profissionais da contabilidade.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do tema central "**Reforma Tributária: Desafios e Perspectivas**", oferecendo uma análise crítica sobre como as mudanças no sistema tributário nacional impactam a sociedade e exigem novas estratégias por parte dos cidadãos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ESTRUTURA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL E SUAS PRINCIPAIS DISFUNÇÕES

O sistema tributário brasileiro é caracterizado por sua complexidade, elevada carga tributária e distribuição desigual dos encargos fiscais. Essas características têm gerado debates sobre a necessidade de uma reforma tributária que promova maior equidade, eficiência e simplicidade no sistema.

Uma das principais críticas ao sistema atual é sua regressividade, evidenciada pela predominância de tributos indiretos, como ICMS, PIS e Cofins, que incidem sobre o consumo e afetam desproporcionalmente as camadas de menor renda. Estudos indicam que a carga tributária média do ICMS para a faixa de renda mais baixa é significativamente superior àquela aplicada às faixas de renda mais alta, contribuindo para o aumento da desigualdade social (CAMPOS JÚNIOR; LIMA, 2023).

Além disso, a estrutura tributária brasileira apresenta desafios relacionados à sua complexidade e à multiplicidade de tributos com diferentes bases de cálculo e legislações específicas. Essa situação resulta em elevados custos de conformidade para as empresas e dificulta a administração tributária, impactando negativamente a competitividade e o ambiente de negócios no país (GOBETTI; MONTEIRO, 2023).

A concentração da arrecadação na esfera federal também é apontada como uma disfunção do sistema, limitando a autonomia financeira de estados e municípios e comprometendo a efetividade do pacto federativo. Essa centralização dificulta a implementação de políticas públicas adaptadas às realidades locais e contribui para a perpetuação de desigualdades regionais (POCHMANN; SILVA, 2020).

Em resposta a essas questões, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que institui uma reforma tributária ampla, com destaque para a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em dois impostos sobre valor agregado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Essa mudança visa simplificar o sistema, eliminar a cumulatividade e promover maior transparência na tributação (PESSÔA, 2024).

A reforma também introduz medidas para mitigar a regressividade, como a isenção de impostos sobre a cesta básica nacional e a implementação de um sistema

de *cashback* para famílias de baixa renda. Adicionalmente, prevê a criação de um Imposto Seletivo, destinado a desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e a instituição de um Fundo de Desenvolvimento Regional para reduzir desigualdades locais (CAMPOS JÚNIOR; LIMA, 2023).

No entanto, a efetividade da reforma dependerá da sua regulamentação e da capacidade de implementação das mudanças propostas. É fundamental que as novas normas sejam claras e que haja coordenação entre os entes federativos para garantir a transição suave para o novo sistema tributário (POCHMANN; SILVA, 2020).

Em suma, a reforma tributária representa uma oportunidade significativa para corrigir as disfunções do sistema atual e promover um ambiente econômico mais justo e eficiente. Seu sucesso dependerá do comprometimento dos diversos atores envolvidos e da adoção de medidas que assegurem a equidade, a simplicidade e a transparência na tributação.

2.2 ENTRAVES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E JURÍDICOS QUE DIFICULTAM A APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA

A aprovação e implementação de reformas estruturais no Brasil enfrentam entraves políticos, econômicos e jurídicos que comprometem a eficácia das mudanças propostas. Esses obstáculos decorrem de fatores como a fragmentação partidária, interesses corporativos, rigidez institucional e conflitos federativos, que dificultam a construção de consensos e a execução de políticas públicas eficientes.

No âmbito político, a elevada fragmentação partidária no Congresso Nacional dificulta a formação de maiorias estáveis, essenciais para a aprovação de reformas. Apesar da cláusula de barreira ter reduzido o número de partidos com representação parlamentar, a fracionalização persiste, tornando as negociações legislativas mais complexas e sujeitas a interesses particulares (CIMINI; ROCHA, 2023).

Economicamente, a resistência de setores afetados pelas reformas, como a tributária, representa um obstáculo significativo. A complexidade do sistema tributário brasileiro e a falta de consenso sobre as medidas a serem adotadas geram insegurança e dificultam a implementação de mudanças que poderiam estimular o crescimento econômico (SECCHI, *et al.*, 2021).

Juridicamente, a judicialização da política e o ativismo judicial interferem no processo legislativo, criando incertezas sobre a constitucionalidade das reformas e

ampliando os conflitos entre os poderes. Essa dinâmica compromete a previsibilidade e a estabilidade necessárias para a implementação de políticas públicas eficazes (GOBETTI; MONTEIRO, 2023).

A relação entre os entes federativos também apresenta desafios, com a centralização de recursos na União limitando a autonomia de estados e municípios. Essa concentração dificulta a coordenação intergovernamental e a implementação de reformas que exigem cooperação entre os diferentes níveis de governo (PESSÔA, 2024).

Além disso, a falta de transparência e controle sobre as renúncias fiscais impede a avaliação dos resultados dessas políticas, comprometendo a eficiência na alocação de recursos públicos e a equidade no sistema tributário (CIMINI; ROCHA, 2021).

A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos impõe restrições orçamentárias que limitam a capacidade do Estado de investir em áreas essenciais, como saúde e educação, afetando a efetividade das reformas sociais e econômicas. Por fim, a falta de capacidades estatais adequadas, incluindo recursos humanos e tecnológicos, compromete a implementação e o monitoramento das reformas, reduzindo sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo (SECCHI, *et al.*, 2021).

2.3 POTENCIAIS EFEITOS DAS MUDANÇAS PROPOSTAS SOBRE A ARRECADAÇÃO, A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

As propostas de reforma tributária no Brasil têm implicações significativas sobre a arrecadação, a distribuição da carga tributária e o crescimento econômico. Estudos recentes indicam que a implementação de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, substituindo tributos como PIS, COFINS, ICMS e ISS, pode promover maior eficiência econômica e justiça fiscal. A adoção de mecanismos de devolução de tributos para as famílias de baixa renda, como o *cashback*, é apontada como uma medida eficaz para mitigar os efeitos regressivos da tributação sobre o consumo (BANCO MUNDIAL, *On-line*, 2023).

Ainda de acordo com o estudo do BM (2023), a redistribuição da carga tributária é um dos objetivos centrais da reforma. Simulações indicam que, com a implementação do *cashback* e a definição criteriosa da cesta básica nacional, os 10%

mais pobres poderiam reduzir sua participação na arrecadação de 2,4% para 1,2%, enquanto os 10% mais ricos aumentariam de 33% para 39,2%. Essa redistribuição busca corrigir a regressividade do sistema atual, onde os mais pobres comprometem uma parcela maior de sua renda com tributos.

Do ponto de vista macroeconômico, a reforma é projetada para estimular o crescimento. Modelos de equilíbrio geral dinâmico sugerem que a simplificação tributária e a eliminação de distorções podem aumentar a produção, o consumo, as horas trabalhadas e o estoque de capital. Esses efeitos são atribuídos à redução de custos de conformidade e à eliminação de cumulatividade na cadeia produtiva (CIMINI; ROCHA, 2021).

A progressividade na tributação do consumo é outro aspecto relevante. Propostas que diferenciam alíquotas conforme o perfil de consumo das famílias tendem a beneficiar os mais pobres, que destinam a maior parte de sua renda ao consumo de bens essenciais. A redução de alíquotas sobre itens básicos e a devolução de tributos pagos por famílias de baixa renda são estratégias para alcançar maior equidade fiscal (CARDOSO; DOMINGUES; HIANNE, 2022).

A arrecadação total pode ser impactada pelas mudanças propostas, especialmente se houver ampliação de isenções fiscais. A definição da cesta básica nacional e os critérios para isenção de tributos sobre determinados produtos e serviços devem ser cuidadosamente analisados para evitar perdas significativas de receita e garantir a sustentabilidade fiscal (SECCHI, *et al.*, 2021).

A reforma também tem implicações federativas, alterando a distribuição de receitas entre União, estados e municípios. A transição da tributação na origem para o destino pode beneficiar estados consumidores em detrimento dos produtores, exigindo mecanismos de compensação para evitar desequilíbrios regionais e garantir a coesão federativa (FGV, *On-line*, 2020).

A implementação de políticas de compensação, como o *cashback*, é essencial para mitigar os impactos regressivos da tributação sobre o consumo. Estudos indicam que a devolução de tributos para as famílias mais pobres pode aumentar seu bem-estar e consumo, promovendo maior equidade sem comprometer significativamente o crescimento econômico (CARDOSO; DOMINGUES; HIANNE, 2022).

Em síntese, as mudanças propostas na reforma tributária têm o potencial de promover maior justiça fiscal, estimular o crescimento econômico e melhorar a distribuição de renda. No entanto, a eficácia dessas medidas dependerá da

implementação cuidadosa de mecanismos de compensação, da definição criteriosa de isenções e da coordenação entre os entes federativos para garantir a sustentabilidade e a equidade do sistema tributário brasileiro.

3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou os principais desafios e perspectivas da reforma tributária no Brasil, destacando a complexidade do sistema vigente, os entraves políticos, econômicos e jurídicos que dificultam sua transformação, e os potenciais impactos das mudanças propostas sobre a arrecadação, a equidade fiscal e o crescimento econômico.

A análise evidenciou que, embora o sistema tributário brasileiro seja reconhecidamente disfuncional, marcado por elevada regressividade, burocracia e desigualdade na distribuição da carga tributária, sua reestruturação enfrenta resistências múltiplas, que vão desde a fragmentação política até limitações estruturais do Estado.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 representa um avanço significativo, ao propor a simplificação do sistema por meio da unificação de tributos, a implementação de mecanismos de compensação como o cashback, e a criação de instrumentos para redução das desigualdades regionais e sociais. No entanto, os benefícios esperados da reforma dependerão de sua regulamentação efetiva, da capacidade de coordenação entre os entes federativos e da implementação gradual e transparente das novas normas.

Os dados analisados apontam para o potencial positivo da reforma em promover justiça fiscal, ampliar a competitividade das empresas e estimular o crescimento econômico de forma sustentável. Contudo, a concretização desses efeitos exigirá vontade política, cooperação institucional e atenção rigorosa às medidas compensatórias, de modo a assegurar que os ganhos de eficiência não venham acompanhados de perdas sociais ou agravamento de desigualdades.

Conclui-se que esta pesquisa sobre a Reforma Tributária possui relevância multidimensional, com contribuições significativas para os meios acadêmico, profissional, social e industrial. No meio **acadêmico**, o estudo enriquece o campo da pesquisa científica ao fornecer uma análise crítica e fundamentada sobre a complexidade do sistema tributário brasileiro e suas propostas de reformulação. Ao

abordar conceitos como justiça fiscal, simplificação de tributos, federalismo fiscal e equidade, a pesquisa estimula a produção de conhecimento inter e transdisciplinar.

No meio **profissional**, especialmente nas áreas contábil, jurídica, administrativa e econômica, a pesquisa apresenta-se como uma ferramenta de atualização e orientação prática frente às mudanças estruturais no sistema tributário. Com a aprovação e implementação gradual da reforma, profissionais precisarão reinterpretar normas, adaptar estratégias de planejamento tributário e orientar empresas e instituições quanto às novas obrigações e oportunidades. Assim, o estudo contribui para o fortalecimento da atuação técnica e ética desses profissionais, além de prepará-los para os desafios impostos pela transição tributária.

No campo **social**, a pesquisa assume um papel crucial ao discutir os efeitos da reforma sobre a redistribuição de renda, o financiamento de políticas públicas e a diminuição das desigualdades regionais e socioeconômicas. Ao analisar como as mudanças tributárias podem influenciar o consumo, o poder aquisitivo e o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e infraestrutura, a pesquisa fortalece o debate público e a conscientização da população sobre seus direitos e deveres fiscais. Desse modo, contribui para a construção de uma cidadania mais ativa, informada e participativa.

Por fim, no meio **industrial**, a relevância da pesquisa se manifesta na identificação de como a simplificação e unificação dos tributos podem impactar diretamente a produtividade, os custos operacionais e a competitividade das empresas. O estudo permite compreender os possíveis efeitos da reforma sobre o ambiente de negócios, como a redução da cumulatividade, a eliminação de distorções regionais e o incentivo à formalização. Isso é especialmente importante para o setor industrial, que depende de um sistema tributário estável, transparente e eficiente para planejar investimentos, expandir operações e se posicionar de forma estratégica no mercado nacional e internacional.

Em síntese, esta pesquisa não apenas contribui para o entendimento técnico e político da Reforma Tributária, mas também oferece uma reflexão abrangente sobre seus desdobramentos para diferentes setores da sociedade brasileira, reforçando sua importância como instrumento de transformação estrutural e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Impactos distributivos da reforma tributária no Brasil: cenários relativos à isenção da Cesta Básica. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brasil-impactos-distributivos-reforma-tributaria-isencao-cesta-basica?utm_source. Acesso em: 22 de mai. de 2025

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Henrique de; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Estrutura tributária brasileira: uma análise de seu impacto sobre a distribuição de renda. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 27, p. 1-27, 2023.

CARDOSO, Débora Freire; DOMINGUES, Edson Paulo; HIANNI, Olga. Reforma da tributação indireta e políticas de compensação aos mais pobres no Brasil: impactos macroeconômicos e distributivos. **UFMG - Departamento de Ciências Econômicas**. 2022.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Humberto Bruno de. O sistema tributário dos países da OCDE e as principais recomendações da entidade: fornecendo parâmetros para a reforma tributária no Brasil. **IPEA - Nota técnica DINTE**, Brasília, 1ª ed., 2022.

CIMINI, Fernanda; ROCHA, Laura. Gastos sim, progressividade não: os entraves para a redistribuição no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 43, nº 1, pp. 236-255, janeiro-março/2023.

FGV - OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA FISCAL. Os vários aspectos (re)distributivos da reforma da tributação indireta. Disponível em: https://observatorio-politica-fiscal.libre.fgv.br/reformas/tributacao/os-varios-aspectos-redistributivos-da-reforma-da-tributacao-indireta?utm_source. Acesso em: 13 de mai. de 2025.

GOBETTI, Sérgio Wulff; MONTEIRO, Priscila Kaiser. Impactos redistributivos da reforma tributária: estimativas atualizadas. **Carta Conjuntura - IPEA**, N. 60, Nota de Conjuntura 18, 3º Trimestre de 2023.

PESSÔA, Leonel Cesarino. Uma alíquota uniforme na tributação sobre o consumo beneficia os mais pobres: Apresentação e análise do debate internacional. **REVISTA DIREITO GV**, SÃO PAULO, V. 20, e2416, 2024.

POCHMANN, Márcio; SILVA, Luciana Caetano da. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, e202004, 2020.

SECCHI, L.; FARRANHA, A. C.; RODRIGUES, K. F.; BERGUE, S. T.; MEDEIROS-COSTA, C. C. Reforma administrativa no Brasil: passado, presente e perspectivas para o futuro frente à PEC 32/2020. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 83, 2021.

